

A retomada do cotidiano: Reflexões sobre um possível encontro entre a Folkcomunicação e a Teoria das Representações sociais ¹

*Alessandra Prudente de Oliveira ², Augusto Dutra Galery ³
e Natália C. Ribeiro Alves ⁴*

Resumo:

O presente ensaio busca discutir, de forma preliminar, as relações entre a Folkcomunicação e a Teoria das Representações Sociais. As duas teorias aparecem como contraposições a um determinado modelo de ciência que afasta o saber cotidiano do saber científico. Uma breve revisão teórica dessas duas disciplinas é feita e se discutem as suas possíveis contribuições mútuas, para se concluir que um método que levasse em conta as duas disciplinas poderia trazer benefícios em suas aplicações.

Palavras-chave: Folkcomunicação; Teoria das Representações Sociais; Método Científico; Transdisciplinaridade.

Abstract:

This essay aims to begin a discussion about the relationship between Folkcommunication and Social Representations Theory. Both raises to counterpoint a specific model of science, which separate daily knowledge from scientific knowledge. A quickly theoretical review is done and possible mutual contributions are discussed. It is concluded that the development of a method using both theories would probably be beneficial to theirs applications.

Introdução

O cotidiano, aos poucos, volta a fazer parte das preocupações das Ciências Humanas. Na Comunicação Social, esse movimento de retorno ao cotidiano e ao marginal⁵ faz-se notar na teoria da Folkcomunicação. Um movimento semelhante surge, aproximadamente na mesma época, na Psicologia Social: a Teoria das Representações Sociais. O objetivo do presente ensaio é fazer uma discussão inicial sobre as aproximações

¹ Agradecemos a Ana Cristina Grein Marra pela revisão final do texto.

² Relações Públicas pelo Unicentro Newton Paiva, especialista em Comunicação e Gestão Empresarial pela PUC Minas, professora da FADOM Divinópolis e consultora da Equipe Rizoma. E-mail: alessandra@rizoma.com.br

³ Psicólogo pela UFMG, mestre pela Fundação Getulio Vargas, professor da Pós-Graduação da Universidade Paulista (UNIP) e diretor de projetos e consultor da Equipe Rizoma. E-mail: projetos@rizoma.com.br

⁴ Psicóloga e mestre em Sociologia pela UFMG, assessora da Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas, professora da graduação da UNA-MG e consultora da Equipe Rizoma. E-mail: natalia@rizoma.com.br

⁵ No sentido daquilo que se encontra à margem da sociedade (Ver o conceito de “marginalizados”, de Beltrão, na revisão sobre Folkcomunicação abaixo).

dessas duas disciplinas, levantando suas interseções em termos da discussão sobre o papel do saber assistemático, popular e “não-científico” nas teorias da Comunicação e na Psicologia Social.

Tanto a Folkcomunicação quanto a Teoria das Representações Sociais questionam o conceito de saber científico herdado do Positivismo e vêm de ângulos diferentes um mesmo fenômeno, o que não deixa de ser um convite aos pesquisadores dessas duas áreas de se relacionarem na busca de construções que sejam inter ou transdisciplinares (como sugerido por Baremblytt, 1995).

Uma nova ordem científica

Do declínio da filosofia grega ao final da Idade Média, reinou na Europa o conceito de que toda a verdade advinha de Deus. A partir do século XVII, um novo conceito de “busca da verdade” começou a surgir, com o Renascimento: o conhecimento científico. Querendo se afastar, ao máximo, da idéia de Deus e do lugar comum, o método científico tomou força através de pensadores como Descartes, Bacon e Locke (ARANHA; MARTINS, 1986, p. 165-171). Como consequência do método científico, dois princípios tomaram força⁶ dentro da ciência.

Em primeiro lugar, o conhecimento vulgar, baseado no dia-a-dia, foi classificado como não-científico e, por essa razão, relevado ao segundo plano. Por sua ausência de método, o conhecimento cotidiano era – e ainda é – tido como insatisfatório para a ciência. Ruiz, por exemplo, escreve sobre o conhecimento cotidiano:

Estas experiências causais, ametódicas e assistemáticas, fragmentárias e ingênuas [...] que acolhem informações e assimilam tradições sem analisar as credenciais do testemunho e sem penetrar nos fundamentos das crenças tradicionais, esse modo de conhecimento é o denominado vulgar (RUIZ, 1996, p. 95).

Em contraposição:

A ciência é o fruto da tendência humana para procurar explicações válidas, para questionar e exigir respostas e justificações positivas e convincentes.

⁶ Dentre outros, cuja discussão, apesar da relevância, não cabe no presente ensaio.

[...] Conhecer perfeitamente é conhecer pelas causas; saber cientificamente é ser capaz de demonstrar (IDEM, p. 97).

Ou seja, o conhecimento produzido no cotidiano afasta-se da ciência e, por consequência, a ciência se afasta do cotidiano.

Essa cisão entre o conhecimento científico e o conhecimento cotidiano é particularmente penosa para as ciências humanas e sociais e, aos poucos, começa a ser questionada. Assim, no século XX, surgem teorias que, mais do que tentar explicar cientificamente os fatos sociais, passam a vê-los como formadores da realidade. Para tais teorias, o sujeito passa a ser, ao mesmo tempo, produto e produtor da realidade social, garantindo o espaço de um conhecimento prático legítimo, válido como ciência (SPINK, 1993, p. 302).

Nesse contexto, em cada uma das grandes áreas das ciências humanas e sociais, novas teorias são propostas, buscando tal retomada do cotidiano, como a História da Vida Privada, a Sociologia Clínica e – nosso foco no presente ensaio – a Folkcomunicação e a Teoria das Representações Sociais.

O segundo princípio da ciência positivista que gostaríamos de abordar foi proposto por Descartes e é descrito da seguinte forma por Parra Filho e Santos:

Dividir cada dificuldade a ser examinada em tantas partes quantas forem possíveis, para resolvê-las. Isto vai permitir que um problema de grande complexidade seja desdobrado em problemas mais simples, facilitando a sua solução. Todo e qualquer problema deve ser analisado, isto é, decomposto em tantas partes quanto for possível e necessário para a sua solução (PARRA FILHO; SANTOS, 1998, p. 48).

A proposta de divisão de um problema em seus mínimos fatores levou a ciência a se especializar cada vez mais, escolhendo objetos de estudo e formando métodos, requisitos e agentes próprios para cada disciplina. Tal especialização acabou distanciando as diversas disciplinas e seus especialistas, impossibilitando, muitas vezes, o diálogo entre os campos do saber. Ao mesmo tempo, em nossa opinião, o excesso de especialização levou, por um lado, à criação de pontos cegos nas disciplinas⁷ e, por outro, a superposições teóricas,

⁷ Moscovici (2003, p. 7-16), por exemplo, discorre sobre como a dualidade entre o indivíduo estudado pela psicologia e a sociedade estudada pela sociologia criava um hiato teórico que só poderia ser resolvido com a criação de uma transdisciplina que visse o fenômeno como um todo.

fazendo com que “a roda fosse constantemente recriada” pela falta de diálogo entre as disciplinas.

Baremlitt (1995) entende que as ciências guardam, entre si, relações de pressuposições, de fontes de importações teóricas, de crítica produtiva e de interface produtiva. Ele propõe a possibilidade de criação de transdisciplinas, que busquem as interfaces teórico-metodológico-técnicas das ciências afins, criando novas teorias em suas interseções. Moscovici (2003, p. 15) resume essa proposta dizendo: “Eu sou um metodólogo politeísta, e não monoteísta”.

Assim, acreditamos que as propostas e discussões inter e transdisciplinares são essenciais para o desenvolvimento geral da ciência. Com isso, entretanto, não pretendemos declarar que os pressupostos clássicos da ciência sejam inválidos, mas desejamos admitir que eles não são as únicas formas de se construir teorias válidas.

Nosso intuito nesse ensaio é o de começar uma discussão que busque não só ver as interfaces entre a Folkcomunicação e a Teoria das Representações Sociais, mas tente levantar, ainda que de forma incipiente, contribuições de ordem teórica que uma pode oferecer à outra, propondo o início de uma discussão metodológica transdisciplinar.

Breve revisão da Folkcomunicação

A teoria da Folkcomunicação surgiu dos estudos para a tese de doutorado de Luiz Beltrão, jornalista pernambucano e um dos pioneiros do estudo científico da Comunicação no Brasil.

Ao estudar, em 1959, a comunicação jornalística manifestada pelos meios convencionais de comunicação de massa, Beltrão percebeu que existiam outros aspectos da difusão de informações e expressões da opinião pública que fugiam do âmbito de atuação desses meios ortodoxos e do labor da indagação científica.

A comunicação é uma questão fundamental da sociedade contemporânea, uma vez que é essencial não só para estabelecer contato entre os membros de um ou mais grupos, mas, principalmente, como fonte de transmissão de sabedoria e experiências fundamentais à sobrevivência e ao aperfeiçoamento humano e social.

Tendo em vista que a comunicação direta e pessoal tornou-se limitada devido às complexidades da sociedade contemporânea, essa passou a contar com a comunicação coletiva na qual, de acordo com Beltrão (2004, p.36), “o comunicador é uma instituição ou uma pessoa institucionalizada, que transmite a sua mensagem, não para alguém em particular, mas para quantos lhe desejam prestar atenção”. Essa comunicação coletiva era tecnicamente unilateral, não apresentando, aparentemente, a possibilidade de interrupções do receptor para questionamentos ou alimentação do diálogo. Idéia fomentada pela teoria hipodérmica, de Harold Laswell (WOLF, 1987, p.18-29), que defende, em sua primeira fase, que os meios de comunicação exercem enorme influência, direta e imediata, sobre cada receptor, uma vez que tanto os meios de comunicação quanto os receptores se encontram isolados, fisicamente, uns dos outros, o que os leva a ter pouca ou nenhuma possibilidade de ação ou influência recíprocas. Ou seja, “cada elemento do público é pessoal e diretamente ‘atingido’ pela mensagem” (WRIGHT *apud* WOLF, 1987, p. 18).

Porém, de acordo com os estudos de Beltrão, fundamentados principalmente nas pesquisas de Paul Lazarsfeld, Elihu Katz e Robert Merton e Kurt Lewin, existiria uma parcela da população que não se informaria pelos meios tradicionais de comunicação - rádio, televisão, cinema, jornal impresso, e outros - e sobre a qual, ao contrário do que a teoria hipodérmica defende, as mensagens veiculadas por tais meios não exerceriam influência direta, mas passariam primeiro pelo chamado “*two steps flow of communications*”⁸(WOLF, 1987, p.45).

Em todo grupo social existiriam indivíduos que têm mais contato com os meios de comunicação e maior facilidade de entendimento e interpretação das mensagens veiculadas por esses meios. Para Lazarsfeld, a comunicação atingiria primeiro esses indivíduos, chamados de “líderes de opinião”, os quais transmitiriam as informações para os membros de seus grupos, considerando a sua interpretação e transformando essas mensagens em uma linguagem comum e de fácil entendimento para os demais. Assim sendo, o processo de comunicação aconteceria em um fluxo de duas etapas: primeiro, dos meios de comunicação de massa para os “líderes-comunicadores”⁹, que serviriam como canais de comunicação

⁸ Fluxo de Comunicação em Duas Etapas.

⁹ Nome dado por Beltrão aos ‘líderes de opinião’ citados por Lazarsfeld.

populares; e, depois, desses para os receptores comuns. Segundo Beltrão, esses “líderes de opinião” seriam:

[...] personagens quase sempre do mesmo nível social e de franco convívio com os que se deixavam influenciar, tendo sobre eles uma vantagem: estavam mais sujeitos aos meios de comunicação do que os seus liderados. Conheceram o mundo – isto é, haviam recebido e decodificado as mensagens dos meios, transmitindo-as em segunda mão ao grupo com o qual se identificavam (BELTRÃO, 2004, p. 44).

Com o desenvolvimento conceitual da temática, o “fluxo de duas etapas” foi substituído por Lazarsfeld pelo “fluxo em múltiplos estágios”, ou seja, a comunicação coletiva é transmitida através de vários líderes que se comunicam entre si e transferem as informações para os grupos liderados.

Esses receptores comuns, tanto da teoria do “fluxo de duas etapas”, quanto da teoria do “fluxo de múltiplos estágios”, são chamados por Beltrão (2006, p. 143) de ‘marginalizados’, por estarem “[...] à margem de duas culturas e de duas sociedades que nunca interpenetraram e fundiram totalmente”. Esse termo é relacionado a inúmeros significados e conotações no seu uso comum, mas o autor o atribui à questão da dominação das elites sobre as classes subalternas:

O fenômeno da marginalidade se caracterizou após a revolução burguesa e sua ideologia, e se agravou com a Revolução Industrial, geratriz conceptual e forma da sociedade de massa. Às camadas superiores – a elite do poder econômico e político – que estabelecem os níveis de civilização e as metas de desenvolvimento, inclusive sócio-cultural, se contrapõem a indivíduos e grupos sem condições (ou a quem sempre são negadas condições) de alcançá-los, por sua pobreza, por suas culturas tradicionais, pelo isolacionismo geográfico, rural ou urbano, pelo baixo nível intelectual ou pelo inconformismo ativo e consciente com a filosofia e/ou a estrutura social dominante (IDEM, p. 144).

Esses receptores marginalizados são divididos por Beltrão em três grupos (IDEM, p.144-145):

- 1) **Os grupos rurais marginalizados**, sobretudo devido ao seu isolacionismo geográfico, sua penúria econômica e baixo nível intelectual. São os habitantes de áreas isoladas, subinformados, a maioria analfabetos ou semi-analfabetos e alheios às metas de desenvolvimento perseguidas pelas classes dirigentes do país.
- 2) **Os grupos urbanos marginalizados**, compostos de indivíduos situados nos escalões inferiores da sociedade, constituindo as classes subalternas, desassistidas,

subinformadas e com mínimas condições de acesso aos meios de comunicação de massa. São os indivíduos que recebem pequenos salários, em empregos ou subempregos que não exigem mão-de-obra especializada - como construção civil, limpeza, estiva, oficinas de reparos, pequenos negociantes, dentre outros - ou as pessoas que vivem de expedientes ilegais - “ladrões, prostitutas, proxenetas, passadores de ‘bichos’ e foragidos da justiça”.

- 3) **Os grupos culturalmente marginalizados**, urbanos ou rurais, que representam contingentes de contestação aos princípios, à moral ou à estrutura social vigente.

Beltrão defendeu, então, a idéia de que seriam fundamentais o estudo e a investigação, não só dos meios de comunicação de massa e dos seus efeitos, mas sobre como as parcelas marginalizadas e menos cultas da população se informam e participam do processo social. Beltrão observou que nenhum desses estudos que ele propõe eram realizados na época e neste sentido:

Não se procurou pesquisar a maneira pela qual o povo reage às sugestões que lhe são feitas. Nem situar os meios de que se pode dispor para fazer com que a população menos culta aceite princípios e normas de mudança social, adote novas maneiras de trabalhar, de agir, de divertir-se, um outro modo de crer e decidir. A nossa elite, inclusive a elite intelectual, tem o *folk-way* das classes trabalhadoras das cidades e do campo apenas como objeto de curiosidade, de análise mais ou menos romântica e literária. A literatura, a arte, as crenças, os ritos, a medicina, os costumes dessas camadas sociais, os seus meios de informação e de expressão – continuam ignorados em toda a sua força e verdade, o que impossibilita a comunicação e a comunhão entre Governo e povo, elite e massa (BELTRÃO, 2004, p. 41-42).

Foi com base nesse pensamento que o jornalista pernambucano resolveu estudar o modo como se informavam as populações marginalizadas do interior de nosso país continental. Por quais meios, por quais veículos eles manifestavam o seu pensamento, a sua opinião? Que espécie de jornalismo, qual sua forma – ou formas – para atender à sua necessidade vital de comunicação? Essa espécie de intercâmbio de informações e idéias teria algo em comum com o jornalismo que se passou a classificar como “ortodoxo”? (IDEM, p. 48-49).

Depois de uma vasta pesquisa, recorrendo às páginas da história brasileira, e da análise de diversas formas e de variados agentes de comunicação popular, Beltrão chegou à

conclusão de que “uma característica predominante surgia nos agentes-comunicadores selecionados e nas modalidades que adotavam para a transmissão das suas mensagens – a característica folclórica¹⁰” (IDEM, p. 50).

Essa relação estreita entre comunicação popular e folclore foi a inspiração para o nome de um novo conceito de comunicação que surgia desses estudos – a Folkcomunicação. A palavra *folk* significa povo. Portanto, Folkcomunicação seria a comunicação do povo, um processo artesanal da comunicação interpessoal, em que a cultura popular se manifestaria através de crenças e tradições.

De acordo com Beltrão, a Folkcomunicação “é o processo de intercâmbio de informações e manifestações de opiniões, idéias e atitudes da massa, através de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore” (IDEM, p. 54). Ou seja, a comunicação da indústria cultural sendo interpretada por símbolos que expressam a linguagem popular, “[...] um processo de intermediação entre a cultura das elites (erudita ou massiva) e a cultura das classes trabalhadoras (rurais e urbanas)” (MELO, 2005, p. 5).

Para Beltrão, os grupos marginalizados tinham seus próprios mecanismos de comunicação, que serviriam como instrumento de negociação, de comunicação, de entendimento para o homem isolado, aquele que não era afetado diretamente pela mídia e que mesmo assim se comunicava, obtinha informações e informava. Barros e Duarte explicam que:

Ele [Beltrão] utiliza como ponto de partida a teoria do fluxo em duas etapas de Katz e Lazarsfeld e a de múltiplos estágios (Lazarsfeld) para recusar a idéia de uma mídia onipotente. [...] Beltrão analisa folclore, vida comunitária no Brasil e comunicação e formula uma teoria tão simples quanto surpreendente. Ele tem como pressuposto a idéia de que os veículos de comunicação convencionais não apenas não influenciam muitas comunidades como sequer as alcançam.

Estes grupos têm suas próprias formas de comunicação em processos e produtos culturais percebidos de fora apenas como manifestações tradicionais, conservadas por gerações, muitas vezes com algumas modificações. E identifica nos meios informais – símbolos, ritos, manifestações populares, na linguagem, nas imagens – mecanismos tão rotineiros para obtenção de informação e transmissão de opinião, como o de um cidadão urbano ler seu jornal favorito. Assim, o cordel e o artesanato deixam de ser apenas produtos regionais para transformarem-se em

¹⁰ Por “característica folclórica”, entendemos que Beltrão identifica os costumes tradicionais, as crenças, as superstições, os cantos, as festas, os ritos, ou seja, os elementos da cultura popular utilizados na transmissão de mensagens dos agentes-comunicadores para o povo, ao invés de utilizarem os meios formais e tradicionais de comunicação, como o rádio, o jornal, a televisão e/ou outros.

manifestações de comunicação, de transmissão de informações intragrupais e interpessoal (BARROS; DUARTE, 2004, p.64-65).

Beltrão busca seu referencial para descrever e interpretar tais ocorrências simbólicas na questão da exclusão dos grupos marginalizados dentro da sociedade. Esses grupos, esmagados pela massificação da cultura dominante disseminada pelos aparelhos convencionais da reprodução ideológica (escola/família/igreja) e reforçada pelos veículos da indústria cultural, manifestariam suas insatisfações por meio de seus próprios canais e códigos, que serviriam para preservá-los e manter sua autonomia no sistema capitalista.

O estudo sobre a Folkcomunicação e a relação que ela faz entre cultura de massa e cultura popular são parte da tese de doutorado que Beltrão defendeu em 1967. A contribuição dessa teoria para o pensamento comunicacional brasileiro e latino-americano foi fundamental, apesar de ter mais reconhecimento internacional do que nacional no início de sua divulgação. Até então, os estudos de comunicação no Brasil estavam todos voltados para correntes de pensamento estrangeiras. Beltrão foi pioneiro em tentar entender os processos de comunicação informal das populações marginalizadas e disseminar essas informações. A realidade dos estudos de comunicação no Brasil, na década de 60, é bem explicada por Barros e Duarte:

No período em que [Beltrão] escreve a tese, os estudos de comunicação tratam dos meios de comunicação de massa e seus efeitos. Ele nota que não existe uma rede nacional de TV ou rádio. Os jornais são precários e praticamente inexistentes no interior. ‘Oito Estados. Cinco canais de televisão, com apenas 150 mil aparelhos receptores. Vinte e três jornais diários, sendo o Jornal do Comércio, do Recife, o de maior circulação, com uma média de 15 mil exemplares. No Nordeste vivem 30 milhões de pessoas, das quais 70% analfabetos. O rádio, moderno veículo de divulgação, não atinge a maioria dos nordestinos. Como se informa esta gente?’ [...] Beltrão quer compreender um universo muito particular onde a mídia convencional ainda não aportou (BARROS; DUARTE, 2004, p. 61-62).

A Folkcomunicação, hoje, não só é referência como tema ou disciplina nos cursos de comunicação social do Brasil, mas também tem grande penetração internacional. Os estudos de Beltrão sobre o tema só foram totalmente publicados em 2001, uma vez que foram escritos no período em que o país passava pelo regime autoritário, sendo sua tese considerada subversiva.

Breve revisão da teoria das Representações Sociais

A teoria das Representações Sociais, conceito formulado a partir da publicação, por Serge Moscovici, em 1961, de seu estudo de doutoramento *La Psychanalyse: son Image et son Public*, seria, segundo Farr (2003), uma forma “sociológica” de Psicologia Social. Essa psicologia social sociológica seria uma vertente mais interdisciplinar com a sociologia, como ilustra o dizer de Moscovici:

[A teoria das] Representações Sociais conduz um modo de olhar a psicologia social que exige a manutenção de um laço estreito entre as ciências psicológicas e as ciências sociais (MOSCOVICI, 2003, p. 8).

Contrapondo-se a uma psicologia social sociológica, Farr (2003) identifica uma forma “psicológica” de Psicologia Social, predominante nos EUA, de matriz comportamental / behaviorista, intimamente ligada a uma filosofia positivista de ciência. Em solo norte-americano, a psicologia social, sobretudo do período pós-guerra, teria incorporado uma visão individualista específica de sua cultura (OLIVEIRA; WERBA, 1998).

Essa Psicologia Social psicológica norte-americana seria derivada de uma perspectiva de que não é necessário mudar o modelo explicativo quando se passa do nível individual ao coletivo (cultura / sociedade), como fica claro na seguinte passagem:

Não há psicologia dos grupos que não seja essencialmente e inteiramente uma psicologia dos indivíduos. A psicologia social não deve ser colocada como se contrapondo à psicologia do indivíduo; ela é parte da psicologia do indivíduo, cujo comportamento ela estuda, em relação àquele setor de seu ambiente composto por seus companheiros (ALLPORT *apud* FARR, 2003, p. 43).

Uma das motivações de Moscovici para a formulação e desenvolvimento do conceito das Representações Sociais seria sua crítica a pressupostos positivistas e funcionalistas da Psicologia Social de filiação norte-americana, considerada demasiadamente estática e descritiva, ao utilizar conceitos como opiniões e imagens (FARR, 2003, p. 49), que não conseguiriam explicar a realidade em outras dimensões, como, por exemplo, a histórico-crítica (OLIVEIRA; WERBA, 1998, p. 105). Para Farr (2003, p. 49), a teoria das Representações Sociais teria se constituído em importante crítica

à natureza individualizante da maioria da produção científica em Psicologia Social dos Estados Unidos.

Reforçando o “laço estreito entre as ciências psicológicas e as ciências sociais” postulado por Moscovici, o autor situa as origens do conceito de Representações Sociais nas Ciências Sociais, mais especificamente na teoria das Representações Coletivas de Durkheim.

Para Durkheim (1999, p. XXIII), “O que as representações coletivas traduzem é o modo como o grupo se pensa em suas relações com os objetos que o afetam”. As representações coletivas surgem ligadas aos fatos sociais e transformam-se, elas próprias, em fatos sociais; como fatos sociais, são dotadas de capacidade de exercer coerção social. Segundo ele, “as maneiras de agir e pensar têm uma realidade exterior aos indivíduos que, a cada momento do tempo, conformam-se a elas” (1999, p. XXIX).

Como colocam Guareschi e Jovchelovitch:

Moscovici pensou com Durkheim e contra ele, dando-se conta de que na sociologia durkheimiana havia o perigo implícito de esquecer que a força do que é coletivo (Durkheim sugeriu o termo Representações Coletivas) encontra sua mobilidade na dinâmica do social, que é consensual, é reificado, mas abre-se permanentemente para os esforços de sujeitos sociais, que o desafiam e se necessário o transformam (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2003, p. 19).

Para contemplar a dimensão da ação dos sujeitos sociais¹¹ na teorização das Representações Sociais, autores como Farr (2003) e Minayo (2003) recorrem a Weber como outro “ancestral” possível para a teoria das Representações Sociais. Como afirma Minayo (2003), Weber chama a atenção para a importância de se pesquisar as idéias como parte da realidade social, ao mesmo tempo em que reafirma a necessidade de se compreender a que instâncias do social determinado fato deve sua maior dependência. A base do raciocínio weberiano seria de que, em qualquer caso, a ação humana é significativa, assim devendo ser investigada. E prossegue:

¹¹ Tomamos aqui a definição de sujeito social de Jodelet: “Indivíduos [...], inscritos numa situação social e cultural definida, tendo uma história pessoal e social. Não é um indivíduo isolado que é tomado em consideração, mas sim as respostas individuais enquanto manifestações de tendências do grupo de pertença ou e afiliação na qual os indivíduos participam” (JODELET *apud* SPINK, 2003, p. 120).

Weber nos diz que o indivíduo, enquanto portador de cultura e de valores socialmente dados, é a ‘constelação singular’ que informa sobre a ação social de seu grupo, tendo-se em conta que o limite de suas informações são seus valores, da mesma forma que os limites do conhecimento científico do pesquisador são seus próprios valores (MINAYO, 2003, p.107).

Como coloca Jovchelovitch (2003), tratando-se de Representações Sociais, a análise não se centraria no sujeito individual, e sim “nos fenômenos produzidos pelas *construções particulares da realidade social*”. O problema não estaria em abandonar o indivíduo porque ele implica numa perspectiva individualista, mas em reconhecer que, ao analisar fenômenos psicossociais, como as Representações Sociais, “é necessário analisar o social enquanto *totalidade*. Isso quer dizer que o social envolve uma dinâmica que é diferente de um agregado de indivíduos” (JOVCHELOVITCH, 2003, p. 79).

A teoria das Representações Sociais trata do conhecimento construído e compartilhado entre pessoas, de saberes específicos à realidade social, que surgem na vida cotidiana no decorrer das comunicações interpessoais (OLIVEIRA; WERBA, 1998, p. 114). Para Moscovici,

Por Representações Sociais entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações, originadas na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crença das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (MOSCOVICI *apud* OLIVEIRA; WERBA, 1998, p. 106).

Segundo uma definição já clássica de Jodelet,

As representações sociais são uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e compartilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social (JODELET *apud* GUARESCHI, 2003, p. 202).

As Representações Sociais seriam formas de conhecimento que se apresentam como elementos cognitivos, como imagens, conceitos, categorias, teorias, sem, contudo, se reduzirem a esses componentes cognitivos (SPINK, 1993). Para Guareschi (2003), seriam diversos os elementos ligados ao conceito de Representação Social, conceito esse dinâmico e explicativo, que compreenderia uma dimensão histórica e transformadora, agrupando aspectos culturais, cognitivos e valorativos, ou ideológicos. As Representações Sociais se

constituiriam como realidades presentes nos objetos e nos sujeitos. “É um conceito sempre relacional, e por isso mesmo social” (GUARESCHI, 2003, p. 202).

Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, as Representações Sociais contribuiriam para a construção de uma realidade comum, possibilitando a comunicação. Por isso, as representações seriam fenômenos sociais que têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção, “a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam” (SPINK, 1993, p. 300).

Ainda segundo Spink (1993, p. 306), as representações sociais, como formas de conhecimento prático, cumpririam diversas funções, como orientação das condutas e das comunicações (função social); proteção e legitimação de identidades sociais (função afetiva) e familiarização com a novidade (função cognitiva). No que tange à função cognitiva de familiarização com a novidade, dois são os principais processos postulados por Moscovici: a ancoragem e a objetivação.

A ancoragem seria o processo de “trazer para categorias e imagens conhecidas o que ainda não está classificado e rotulado” (GUARESCHI, 2003, p. 201), de ancorar o desconhecido em representações já existentes. É um movimento que implicaria em juízo de valor, pois o processo pressupõe situar o objeto da classificação em alguma categoria que, historicamente, poderia comportar uma dimensão valorativa (OLIVEIRA; WERBA, 1998). Segundo Spink,

Moscovici [...] concebe [a ancoragem] como um processo de domesticação da novidade sob a pressão dos valores do grupo, transformando-a em um saber capaz de influenciar [...]. Em suma, a ancoragem é feita na realidade social vivida, não sendo, portanto, concebida como processo cognitivo intra-individual (SPINK, 1993, p. 306).

Já a objetivação seria o processo de buscar tornar concreta, visível, uma realidade (OLIVEIRA; WERBA, 1998). A objetivação seria, essencialmente, uma operação formadora de imagens, através da qual noções abstratas seriam transformadas em algo concreto, tornando-se “tão vívidos que seu conteúdo interno assume o caráter de uma realidade externa” (MOSCOVICI, *apud* SPINK, 1993, p. 306).

Para Moscovici (2003), os fenômenos que permitiriam identificar, de maneira concreta, as representações e trabalhar sobre elas seriam as conversações, dentro das quais se elaborariam os saberes populares e o senso comum. Como coloca Guareschi (2001b, p.

31-32), as Representações Sociais são conhecimento do senso comum, saberes populares, socialmente construídos e partilhados, que estão ‘nas mentes e na mídia’¹², citando expressão de Moscovici. Os processos que engendrariam as representações sociais estariam imbricados na comunicação e nas práticas sociais, como diálogo, discurso, rituais, padrões de trabalho e produção, arte, “em suma, cultura” (JOVCHELOVITCH, 2003, p. 79).

Discussão

Como vimos, ambas as teorias surgem em um contexto mundial semelhante, o começo da década de 60: Beltrão em 1959, Moscovici em 1961. É uma época de contestação que marcará a história mundial, cujo ponto alto está, provavelmente, nos movimentos de maio de 1968, na França. No entanto, enquanto a Teoria das Representações Sociais ganha força na Europa, o regime ditatorial brasileiro, que começa em 1964, faz com que a Folkcomunicação seja considerada subversiva, enfraquecendo o desenvolvimento de seu corpo teórico. Uma consequência provável disso é a escassez de livros sobre o tema. Como ilustração, uma busca por Folkcomunicação no catálogo on-line no Banco de Dados Bibliográficos da Universidade de São Paulo (USP) retorna apenas 3 livros sobre o tema. Uma mesma busca usando o termo Representação Social retorna 151 livros. Na Universidade de Brasília, onde a teoria de Beltrão surgiu, uma pesquisa no acervo de sua biblioteca central traz apenas 2 registros (ambos de Beltrão) sobre a Folkcomunicação e 172 registros unindo-se os termos “representação social” e “representações sociais”.

Apesar das dificuldades enfrentadas pela Folkcomunicação em seu desenvolvimento, seu corpo teórico apresenta pontos de contato importantes com a Teoria das Representações Sociais. Ambas tratam do “conhecimento construído e partilhado entre pessoas, de saberes específicos à realidade social, que surgem na vida cotidiana no decorrer das comunicações interpessoais” (OLIVEIRA; WERBA, 1998, p. 114). As duas estudam conceitos compartilhados no cotidiano que, ao mesmo tempo, formam-se a partir da comunicação entre os sujeitos e possibilitam o entendimento da mensagem enviada.

¹² “[...] conhecimento do senso comum que se vê [...] nos bares e nas esquinas, nos comentários das rádios e TVs” (GUARESCHI, 2001, p. 78).

Chegam a esse mesmo objeto de estudo seguindo por caminhos diferentes, no entanto. A teoria das Representações Sociais parte de uma negação à individualização da psicologia social para ir ao encontro do coletivo, comunitário e marginal, definindo, a partir daí, a realidade social. Ou seja, sai daquilo que é particular para o coletivo, sem chegar, contudo, ao universal, massificado.

Já a Folkcomunicação sai da comunicação de massa (do universal) para uma comunicação coletiva, comunitária e marginal. De certa forma, ambas as teorias buscam o que é social, mas fugindo daquilo que é massificado. Encontram-se no terreno do comunitário, de uma cultura que não é aquela ditada pela maioria¹³, mas que é aquela produzida no cotidiano, no contato das pessoas, na possibilidade de troca direta de mensagens.

Ainda assim, elas não se reduzem uma à outra, uma vez que suas formas de tratar o objeto são diferentes. Tal diferença não só é complementar, como também desejável, pois permite uma apreensão maior do fenômeno como um todo.

Num primeiro olhar, as duas teorias parecem oferecer contribuições mútuas importantes. A Folkcomunicação, por exemplo, chama a atenção para a comunicação como um “fluxo de múltiplos estágios”, que enfatiza o papel dos líderes na formação da cultura e, conseqüentemente, nas representações sociais: a ‘distorção’ causada pelo olhar desses múltiplos líderes, ao retransmitir as informações, pode atravessar toda a compreensão que os grupos receptores da mensagem terão e a forma com que essas informações serão decodificadas em representações da realidade social. Dessa forma, o papel dos líderes pode ser tão importante na formação da realidade social quanto a ideologia dominante difundida através dos veículos de massa.

Por outro lado, os conceitos de ancoragem e objetivação são exemplos de processos que podem ajudar a Folkcomunicação a explicar o modo como as mensagens se fixam no imaginário dos grupos e se tornam ‘palpáveis’, ou seja, parte de uma realidade socialmente aceita. A teoria das Representações Sociais traz a subjetividade à baila, enriquecendo o debate proposto pela Folkcomunicação.

Assim, essas duas disciplinas se atravessam, sem se anular, e é plausível supor que trabalhos inter ou transdisciplinares sejam de grande interesse.

¹³ Maioria entendida aqui no sentido de detentora de poder, e não como maioria numérica.

Conclusões

Em primeiro lugar, é importante deixar claro que o objetivo desse ensaio era o de levantar hipóteses, que precisam ser mais aprofundadas. Em nosso grupo de estudos e em nossas práticas, os estudos inter e transdisciplinares sempre foram privilegiados, em especial envolvendo a prática conjunta entre a comunicação social e a psicossociologia.

Do ponto de vista teórico, parece-nos que o principal elo entre as duas teorias aqui rapidamente revistas é sua posição contrária a uma ciência pretensamente isenta, laboratorial e/ou *mainstream*, que segrega e invalida saberes em prol de um saber considerado mais “verdadeiro”. São disciplinas que buscam devolver a voz para a vida cotidiana, tirando a ciência do laboratório.

Além disso, uma das grandes discussões metodológicas da Psicologia Social versa sobre como utilizar a teoria para promover mudanças sociais. Tal preocupação aparece de modo sutil na Folkcomunicação. Seria necessário, agora, investigar as formas de atuação conjuntas dessas disciplinas, de maneira a desenvolver uma metodologia de pesquisa e de atuação que propicie a união de suas forças e permita um fortalecimento tanto de seus princípios quanto de seus objetivos.

Referências Bibliográficas

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. *Filosofando: uma introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 1986.

BAREMBLITT, G. F. Por que trans-disciplinaridade? In: SEMANA DE PSICOLOGIA POLÍTICA, 3, 1995. Belo Horizonte, *Anais...* Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1995. 1 CD-ROM.

BARROS, A. e DUARTE, J. Luiz Beltrão: perfil intelectual. In: HOHLFELDT, A. e GOBBI, M. C. (org.) *Teorias da Comunicação: antologia de pesquisadores brasileiros*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

BELTRÃO, L. O sistema de folkcomunicação. In: MELO, J.M. de. (org.) *Mídia e folclore – o estudo da folkcomunicação segundo Luiz Beltrão*. Disponível em: <www2.metodista.br/unesco/luizbeltrao/arquivos.02.luizbeltrao.documentosfolkcom98.pdf>. Acesso em 13/03/06.

_____. Teoria da folkcomunicação. In: *Folkcomunicação: teoria e metodologia*. São Bernardo do Campo: Umesp, 2004. Disponível em <<http://www2.metodista.br/unesco/luizbeltrao/luizbeltrao.htm>>. Acesso em 13/03/06.

_____. Teoria da folkcomunicação. In: HOHLFELDT, A. e GOBBI, M. C. (org.) *Teorias da comunicação: antologia de pesquisadores brasileiros*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

DESCARTES, R. *O discurso do método*. Tradução: Enrico Corvisieri. Disponível em <http://www2.uol.com.br/cultvox/livros_gratis/metodo.pdf>. Acesso em: 23/03/2005.

DURKHEIM, E. Prefácio da Segunda Edição. In: *As Regras do Método Sociológico*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.XV-XXXI.

FARR, R. M. Representações Sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P. A. e JOVCHELOVITCH, S. (org.). *Textos em Representações Sociais*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p.31-59.

GUARESCHI, P. A. Introdução. In GUARESCHI, P. A. (org.). *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis: Vozes, 2001a, p.27-34.

_____. O fenômeno da comunicação hoje. In: GUARESCHI, P. A. (org.). *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis: Vozes, 2001b, p. 37-45.

_____. Representações Sociais. In:GUARESCHI, P. A. (org.). *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis: Vozes, 2001c, p. 69-78.

_____. ‘Sem Dinheiro Não Há Salvação’: Ancorando o Bem e o Mal entre os Neopentecostais. In: GUARESCHI, P.A e JOVCHELOVITCH, S. (org.). *Textos em Representações Sociais*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p.191-225.

GUARESCHI, P. A. e JOVCHELOVITCH, S. Introdução. In: GUARESCHI, Pedrinho A e JOVCHELOVITCH, Sandra. (org). *Textos em Representações Sociais*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p.17-25.

HOHLFELDT, A. e GOBBI, M. C. (org.) *Teorias da Comunicação: antologia de pesquisadores brasileiros*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a Vida com os Outros: Intersubjetividade, Espaço Público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, P.A e JOVCHELOVITCH, S. (org). *Textos em Representações Sociais*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p.63-85

LAZARSELD, P. Os meios de comunicação coletiva e a influência pessoal. In *Panorama da Comunicação Coletiva*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

MELO, J. M. de. Folkcomunicação na era digital – a comunicação dos marginalizados invade a aldeia global. Texto da conferência proferida na *V Bienal Iberoamericana de Comunicación*. México, Campus Estado de México do Instituto Tecnológico de Monterrey, 19-22 de setembro de 2005. Disponível em <<http://www.lacoctelera.com/myfiles/bienal/Ponencia%20Jose%20Marquez%20de%20Melo.doc>>. Acesso em 13/03/06.

MINAYO, M. C. de S. O Conceito de Representações Sociais dentro da Sociologia Clássica. In: GUARESCHI, P.A e JOVCHELOVITCH, S (org). *Textos em Representações Sociais*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p.89-111.

MOSCOVICI, S. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Prefácio. In: GUARESCHI, P.A e JOVCHELOVITCH, S (org). *Textos em Representações Sociais*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p.7-16.

OLIVEIRA, F.O. e WERBA, G. C. Representações Sociais. In: JACQUES, M. G. C. *et al* (org). *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1998, p.105-117.

PARRA FILHO, D.; SANTOS, J. A. *Metodologia Científica*. São Paulo: Futura, 1998.

RUIZ, J. A. *Metodologia científica*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SPINK, M. J. P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 300-308, jul/set, 1993. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300017>. Acesso em 23/03/2005.

_____. Desvendando as Teorias Implícitas: Uma Metodologia de Análise das Representações Sociais. In: GUARESCHI, P.A e JOVCHELOVITCH, S (org). *Textos em Representações Sociais*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p.117-145.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editora Presença, 2002.